

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-03-15

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Abrantes, P. & Lechner, E. (2022). O que é fazer investigação em Estudos Globais?. In Pedro Abrantes e Elsa Lechner (Ed.), *Nós globais: Investigações em curso sobre questões da globalização*. (pp. 7-23). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Further information on publisher's website:

<http://books.uc.pt/book?book=1260>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Abrantes, P. & Lechner, E. (2022). O que é fazer investigação em Estudos Globais?. In Pedro Abrantes e Elsa Lechner (Ed.), *Nós globais: Investigações em curso sobre questões da globalização*. (pp. 7-23). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.



Nós Globais

Investigações em curso sobre
Questões da Globalização

Pedro Abrantes e Elsa Lechner
Coordenação

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2022

EDIÇÃO Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt | URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc | Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO Pedro Abrantes e Elsa Lechner

COORDENAÇÃO EDITORIAL Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO E EXECUÇÃO GRÁFICA Carolina Grilo

REVISÃO Milene Alves (coord.), Carlos Serra, Marta Marecos Duarte e Timóteo Cavaco

TRADUÇÃO Timóteo Cavaco

FOTOGRAFIA DA CAPA Maxwell Ingham, via Unsplash.com

ISBN 978-989-26-2409-9

ISBN DIGITAL 978-989-26-2410-5

DOI <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5>

DEPÓSITO LEGAL -

APOIO EDITORIAL E DISTRIBUIÇÃO Theya Editores – CEG-CIPSH-UAb

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes – IECCPMA

Rua Ladislau Patrício, 8, 1.º A | 1750-136 Lisboa | (00351) 969 977 702

theyaeditores@gmail.com | <http://theya-ed.org/>

Centro de Estudos Globais / Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta – CEG-CIPSH-UAb

Palácio Ceia, Rua da Escola Politécnica, 147 | 1269-001 Lisboa

ceg.estudosglobais@uab.pt | <https://sites.uab.pt/ceg/>

As imagens publicadas na presente obra foram cedidas pelos autores dos textos que a compõem, que se responsabilizam exclusivamente pelas mesmas.

Coleção promovida em parceria com o DEG – Programa de Doutoramento em Estudos Globais/CEG/UAb e com a Fundação Calouste Gulbenkian, e em associação com a Theya Editores do IECCPMA.

COLEÇÃO DE ESTUDOS GLOBAIS

DIREÇÃO DE Guilherme d'Oliveira Martins, João Relvão Caetano e José Eduardo Franco

© DEZEMBRO 2022, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Nós Globais: Investigações em curso sobre Questões da Globalização / coordenação Pedro Abrantes e Elsa Lechner

ISBN – 978-989-26-2409-9 (ed. impressa);

ISBN – 978-989-26-2410-5 (ed. eletrónica)

I – ABRANTES, Pedro

II – LECHNER, Elsa

Sumário

Introdução: O que é fazer investigação em estudos globais?	7
Pedro Abrantes e Elsa Lechner	
Egiptologia versus egiptomania:	
Em torno do conhecimento global sobre o antigo Egito	23
José das Candeias Sales e Susana Mota	
O turismo da Madeira no processo da globalização:	
Relevância, contributos e evolução	49
João Manuel de Lemos Baptista, Jacinto Jardim e Cláudia Ribeiro de Almeida	
Metodologia para a análise da precariedade laboral	
dos jovens: O caso espanhol	71
Juan Carlos Solano Lucas, Marcos Bote, Juan Antonio Clemente Soler, José Ángel Martínez-López e Lola Frutos Balibrea	
Investigar processos de globalização em educação:	
Desafios para a prática de pesquisa	111
Anne Schippling	
A linguagem cinematográfica no processo de globalização	125
Susana Ornelas	
A globalização do risco de desastres e o desenvolvimento sustentável	145
Jorge Trindade e Pedro Pinto Santos	
População em situação de rua no Brasil e no mundo:	
Invisíveis ou indesejáveis?	171
Ana Tojal	
A dimensão cultural da globalização	197
Ana Catarina Mesquita	
Os movimentos antigénero: A globalização de uma ameaça contra a igualdade e a democracia	211
Mar Venegas	

Introdução

O que é fazer investigação em estudos globais?

Pedro Abrantes

Elsa Lechner

https://doi.org/10.14195/978-989-26-2410-5_0

In lak'hesh. Hala k'in.

[Eu sou outro tu. Tu és outro eu.]

Saudação nas comunidades maias

Os estudos globais constituem um campo em franca expansão. Não se pode dizer que sejam algo de novo. Ainda hoje nos surpreende como, já em tempos distantes, aventureiros e pensadores circulavam por caminhos inóspitos e longínquos, perseguiram registos detalhados sobre povos, épocas e lugares remotos que utilizavam para elaborar um entendimento sobre o mundo. A ciência surgiu com essa vocação global, procurando formular leis universais, mas também compreender as experiências humanas, na sua diversidade.

A modernidade é indissociável da dupla afirmação dos estados-nação e da ciência, em simultâneo. Tal processo conduziu, em grande medida, ao desenvolvimento de comunidades científicas nacionalizadas e hiperespecializadas, fragmentadas em territórios, disciplinas, grupos, objetos de investigação. Ora, cada vez mais se observa que esse duplo estreitamento, político-administrativo e disciplinar, tendo virtudes na aproximação sistemática e operativa ao real, comporta também limitações quando lidamos com os grandes desafios que se colocam, hoje, não apenas no plano do conhecimento, mas em todos os planos da nossa existência individual e coletiva.

Vivemos, pois, um tempo fervilhante, pleno de oportunidades e desafios. Em resultado de uma intensificação e aceleração sem precedentes da circulação de bens, pessoas, capitais e informação, temos hoje acesso a recursos e experiências inimagináveis há poucas décadas. Em segundos, estabelecemos conexões e resolvemos problemas ou necessidades que, há pouco tempo, de-

moravam meses ou anos para serem solucionados. Criamos novos problemas e necessidades com os quais nem sonhávamos. Tal facto tem revolucionado também o trabalho académico e a investigação científica. Todavia, esse movimento não deixa de colocar em causa o nosso pensamento e conhecimento, as nossas relações uns com os outros, a relação entre sociedade e natureza, as bases sobre as quais assentam as nossas vidas. Um enorme esforço de observação, interpretação, (re)contextualização e interação é, então, fundamental, para não sermos devorados por visões limitadas e excludentes.

Fenómenos extremamente complexos, como a digitalização, as mudanças climáticas, as migrações em massa, as pandemias, as guerras, o terrorismo ou a pobreza extrema, entre outros, não se confinam em fronteiras nacionais e disciplinares, constituindo verdadeiras ameaças à vida na Terra em toda a sua pluralidade. A nossa compreensão desses processos e a capacidade de agência perante esses problemas apenas são possíveis quando o nosso pensamento e ação adquirem, simultaneamente, uma perspetiva interdisciplinar e uma escala potencialmente mundial que não descure a compreensão e análise inter-escalas (macro, meso, micro) e inter-temporalidades dos fenómenos em causa. As mudanças avassaladoras que marcam o tempo presente permitem (exigem?) que os estudos globais se consolidem e se aprofundem, nas fronteiras do conhecimento e da ação humana, no sentido também do interconhecimento entre diferentes experiências e visões do mundo. É esse o *momentum* dos estudos globais, necessariamente interligados aos conhecimentos e práticas locais com revisitação da história do planeta e das relações entre povos.

Na linha de José Eduardo Franco e João Relvão Caetano, podemos então dizer que

Assistimos [...] ao rompimento progressivo do método nacionalista de ler a organização e o funcionamento do mundo, que se afirmou nos últimos 500 anos, e cada vez mais tudo começa a ser interpretado em perspetiva global, à luz dos intercâmbios, das inter-relações, das interinfluências e das interfecundações decorrentes da aproximação entre povos e culturas de todos os cantos do planeta Terra. (Franco & Caetano, 2020: 7)

Na esteira de Pieterse (2013), os estudos globais podem ser entendidos como uma área de estudos interdisciplinares sobre a globalização, procurando dar resposta a uma intensificação das relações, fenómenos e instituições que rasgam as fronteiras nacionais e regionais, dando origem a novas configurações, oportunidades e também

riscos. Como sublinha o mesmo autor, esta área procura, também, distinguir-se de uma primeira vaga de estudos sobre a globalização – ainda ancorada a matrizes disciplinares, nacionais ou regionais –, desenvolvendo perspectivas e análises efetivamente *globais*, no modo como as próprias investigações são concebidas, desde a definição do objeto de estudo e das perguntas de partida, às diferentes teorias, métodos e dados utilizados na construção do conhecimento.

O olhar panorâmico dos estudos globais assim entendidos articula-se, pois, com as tendências e experiências do mundo atual, que são, elas mesmas, potencialmente globalizantes, mas simultaneamente reveladoras das desigualdades estruturais existentes entre zonas do globo e populações. Dois exemplos paradigmáticos dos nossos dias são as novas tecnologias e a pandemia. Os seus alcances são igualmente extensos, mas os seus usos e impactos são desiguais. As tecnologias digitais dominam a comunicação no ciberespaço, aproximando geografias longínquas no instante de um clique, mas o acesso a tais tecnologias e a literacia digital não são os mesmos para todos os habitantes do planeta. De modo semelhante, se a pandemia atinge potencialmente e de igual forma toda a gente, os seus impactos coletivos são sentidos de maneiras muito diferentes, em função da organização social e política dos diversos países, mais ou menos preparados para enfrentar a situação. A conceção desse fenómeno global que é a pandemia pode variar consoante as ideologias, desafiando inclusivamente os paradigmas de compreensão racional e científica de uma doença viral.

Se a globalização se confundiu com um futuro radioso em determinada época do século passado, ao chegar o novo milénio, a ilusão esmoreceu. Hoje, o conceito reúne múltiplas definições e tendências menos celebratórias, que denotam a clara necessidade de olharmos para a complexidade das experiências do mundo, as interações contraditórias entre *globalizadores* e *globalizados* (Santos, 2001), e a importância dos contextos e das dinâmicas globais. Numa análise não binária e não hierarquizada do global e do local, defendem Renato Carmo *et al.* que,

tal como reforçamos a ideia de que o global não deve ser entendido como uma entidade formatadora que impõe um determinado molde à vida local, do mesmo modo se percebe que a localização das práticas, identidades e tradições locais não poderá ser meramente encarada como uma exemplar vitória face à potência aniquiladora. (Carmo *et al.*, 2008: 341)

Uma visão menos continental e mais “arquipelágica” das dialéticas globais parece mais realista nos tempos de hoje, como até também numa revisitação do

passado e da história, se pensarmos de novo com olhares comparados e efetivamente globais. A *posicionalidade* de quem olha e de quem analisa determina aquilo que vê e relata, assim como a *posicionalidade* de quem aporta em terras distantes (em caravelas imperiais de outrora ou em botes de borracha atuais, sem qualquer chancela institucional) traduz narrativas diferentes sobre o habitar a Terra. São explorações do mundo diferentes, tanto no sentido da procura e imposição de poder político, económico e do poder-ser, como do confronto visível e mediatizado de visões dos fenómenos e relações entre sujeitos sociais que são hoje, potencialmente – como não eram tod@s no passado –, cidadãos e cidadãs do mundo. Os migrantes e refugiados, por exemplo, são sujeitos que veem negados direitos fundamentais e humanos debaixo dos holofotes de câmaras de televisão e na internet. A globalização das imagens e informações sublinha assim simultaneamente a sua exclusão de um dado horizonte civilizacional atual e a necessidade de reconhecer a insustentabilidade de tal exclusão, bem como a cidadania global dessas pessoas.

A visão arquipelágica que aqui apontamos – inspirada por autores oriundos dos “outros mundos” *exotizados* e colonizados pelos europeus (Glissant, Mbembe, Chamoiseau), mas que sempre foram do nosso mundo também – deseja dar conta da efetiva complexidade dos fenómenos globais, apenas apreensíveis por uma análise interdisciplinar e de geometria variável. Para além do recurso às ciências sociais, políticas e ambientais, é fundamental desenvolver os estudos globais no sentido de contemplar com igual seriedade os estudos culturais, das humanidades e das artes, capazes de chegar às expressões das identidades, das ações e interações humanas na própria produção de conhecimento sobre o global. Arjun Appadurai (1996) assenta a sua análise das dimensões culturais da globalização nas ideias de diferença e de desigualdade, refletidas tanto no espaço como no tempo das expressões humanas no planeta. Debaixo do pano da economia mundial, tecem-se etnopaisagens transnacionais que desafiam as noções de território, de fronteira, de pertença, de nação e de identidade.

A cultura do global é uma entre outras existentes. Ela mundializa consumos, acontecimentos e imaginações, mas, no mesmo movimento líquido (Bauman, 2000), cria barragens de entendimentos, de apropriações simbólicas, de acesso a direitos fundamentais e consequentes incoerências civilizatórias. Perante as ameaças ao próprio equilíbrio ecológico do planeta, são expostas as feridas e fraturas do sistema mundial. Tal cenário toca a tod@s, dando a perceber que, afinal, o barco é o mesmo e as fronteiras também. Neste contexto, a realidade das migrações internacionais ajuda a pensar em conjunto sobre a necessidade de uma reimaginação

de futuro. Levanta a questão de uma ordem de movimentos e dos corpos nos tempos de hoje, em busca de elementar justiça e de respeito pela dignidade humana. Os movimentos populacionais atuais são uma das mais dramáticas expressões da saturação dos sistemas de governança e de ordenação mundial. Ao mesmo tempo, colocam em contacto, de forma maciça, a humanidade comum na diferença, desenhando contornos de um mundo partilhado a nutrir utopias concretas e “um povo [ainda] a inventar” (Deleuze & Guattari, 1991).

Achille Mbembe (2021) defende, a este propósito, “o reencantamento do mundo”, a inspiração, a esperança, pensando na “raça humana” e nos limites terrestres. A vida no planeta está em causa. A norma de vida global é agora a de condições extremas e extremadas. A violência implícita nesta ordem das coisas é enorme para um número crescente e brutal de humanos. A tecnologia está ao serviço de maior interconectividade, mas também da segmentação do planeta, da criminalização dos movimentos, da falsa securitização das fronteiras que conduz à própria violação do direito e da lei pelas autoridades. Veja-se, a este propósito, o documentário de Nuno Escudeiro, *O Vale*, sobre a fronteira entre a Itália e a França, demonstrando as ilegalidades do Estado francês na manipulação dos dados dos refugiados, para impedir a sua entrada no país. O lado de lá de tal aproveitamento legal e tecnológico no exercício do poder traduz uma desumana *objetificação* da vida, das vidas. Em consequência, cresce a quantidade de “descartáveis” do planeta, dos “indesejáveis” (Agier, 2008), pessoas que fazem a experiência dos limites do corpo e da vida, no precipício dos seus direitos e pertença, expostos ao apagamento num mundo de parangonas mediatizadas. Mbembe, na mesma conferência citada, defende um novo *nomos* da Terra que redefina e implemente novas políticas populacionais, os contactos e confrontos geracionais, as relações culturais, bem como a própria produção de conhecimento: reparar, lembrar, rejunta, num sistema ecológico integrado de humanos e não humanos. Gestos de comunalidade e de coabitação, numa relação consciente entre a história da vida humana na Terra e a história do planeta. Este autor sugere que pensemos os futuros da vida em equação ou de par com uma reflexão e debate sobre os futuros da razão humana. Se tod@s somos cúmplices nas vidas de cada um/a (relembra, citando Spivak, 1988), ainda falta cumprir a “potência em reserva”, o “poder latente” da humanidade partilhada. A vida global encontra-se “exponencialmente caótica” e, no entanto, “capaz de se abrir para a durabilidade”. Nesta mesma conferência, o professor de Witwatersrand defendeu uma nova imaginação política e o abraçar do drama da História para criar alternativas à humanidade residual.

Pensar o global e os estudos globais neste contexto conduz-nos, pois, a estudos que não só versem sobre estes temas prementes, mas que sejam, eles mesmos, uma prática global consciente das suas escalas, posicionamentos e cumplicidade com o tempo e as condições de vida na Terra.

A presente coletânea procura contribuir para a consolidação desta linha de investigação, ao reunir um conjunto original de textos de docentes e doutorandos da primeira edição do Doutoramento em Estudos Globais da Universidade Aberta, assim como de outros investigadores que têm vindo a adotar e a desenvolver esta perspetiva nos seus diferentes projetos. Estes capítulos foram organizados em três partes, consoante o ponto de partida principal dos trabalhos.

A primeira parte é composta pelos trabalhos que tomam como ponto de partida o *espaço-tempo* e, em particular, o modo como o mesmo tem vindo a ser reconfigurado pela ação humana no âmbito de processos de globalização, numa relação (nem sempre reconhecida) com a Natureza. Ao contrário de uma ideia inicial de aceleração do tempo, abertura generalizada das fronteiras, encurtamento das distâncias e diluição das diferenças entre territórios, aquilo a que assistimos, como se pode observar nos textos que compõem esta secção, diz respeito a fenómenos muito mais rugosos e complexos, de reconfiguração dos espaços, tendo por referência relações – de inclusão e de exclusão, de comunicação e de dominação – entre diferentes territórios, dissolvendo alguns dos seus riscos, especificidades e desigualdades, mas exacerbando outros.

No primeiro texto, José das Candeias Sales e Susana Mota providenciam uma relevante análise sobre o desenvolvimento do conhecimento sobre o Egito antigo e, simultaneamente, os seus reflexos na cultura popular global. Como notam os autores, os símbolos egípcios marcam presença, desde a Antiguidade, em diversos lugares da Europa, do Norte de África e da Ásia, ainda que durante muitos séculos os seus significados tivessem ficado silenciados pela impossibilidade de decodificar os hieróglifos, o que deu azo a diversas especulações, suposições e fantasias. Esta situação viria a mudar radicalmente, no início do século XIX, dando origem a um aumento exponencial, tanto da investigação científica (egiptologia) como do interesse público (egiptomania). Este trabalho é exemplar, por um lado, do modo como o interesse pelos outros povos e a circulação de referências culturais é algo de ancestral, mesmo quando dominado por crenças e mitos, e, por outro lado, do modo como

este processo se alterou profundamente durante a modernidade, mas num contexto em que a ciência e a sociedade não deixaram de se entrelaçar profundamente.

O segundo texto descreve a história e características do turismo da ilha da Madeira e respetiva dimensão global e cosmopolita. De entreposto marítimo entre continentes a plataforma de intercâmbios internacionais de todo o tipo, a Madeira assumiu, desde há séculos, um papel coadjuvante na expansão marítima e comercial europeia, atraindo diversos tipos de turistas, de visitantes e estudiosos, ao longo do tempo. O texto descreve o contributo da Madeira para a globalização do sector do turismo, analisa a evolução dos dez principais mercados emissores de turistas que visitaram a ilha entre os anos 1970 e 2019, referindo a importância do vinho e dos interesses externos na economia local. Faz ainda registo dos legados dos interessados visitantes sobre os aspetos culturais, científicos e da paisagem humana do arquipélago.

O terceiro texto, da autoria de Solano Lucas, Bote, Clemente Soler, Martínez-López e Frutos Balibrea, uma equipa da Universidade de Múrcia, centra-se numa transformação de fundo na esfera laboral que se tem associado à globalização capitalista das últimas décadas: a imposição da precariedade como uma condição laboral comum a uma grande parte dos trabalhadores, sobretudo dos mais jovens, e que faz emergir “o precário” enquanto um novo ator social. O capítulo procura criar uma definição própria, a partir das propostas de vários autores de diferentes países, e depois construir um modelo analítico original e sofisticado que permita observar a evolução deste fenómeno, nas últimas duas décadas, através do Labour Force Survey, uma das bases de dados internacionais, que são também marca dos nossos tempos. Se estes inquéritos permitem compreender padrões e tendências a uma escala regional (e tendencialmente global), não deixam de revelar as profundas diferenças e desigualdades entre regiões e entre estados, assim como de implicar um aturado labor de “recontextualização”, inclusive do modo como as perguntas são traduzidas e interpretadas nos diversos contextos. Ou seja, os resultados devem ser lidos à luz de um conhecimento profundo das dinâmicas dos territórios e das nações, bem como das relações entre eles, caminho aliás percorrido pelos autores, seja através do aprofundamento do “caso espanhol”, nos diferentes sectores de atividade, seja pelo seu enquadramento na realidade mais ampla da Europa do Sul.

A segunda parte agrega os textos cujo enfoque principal é a *dimensão científica e tecnológica* da vida humana e, em particular, dos fenómenos globais. Estes contributos mostram bem como, superando paradigmas nacionalistas, se têm vindo a afirmar e a disseminar pelo mundo quadros teóricos, concetuais e metodológicos

para compreender o mundo atual e, em alguns casos, lidar com os riscos que lhe são inerentes e que, cada vez mais, condicionam e enquadram a ação humana. Nestes casos, a própria ciência se examina a si própria, procurando articular experiências e conhecimentos obtidos em diferentes tempos e lugares, frequentemente através da criação de equipas internacionais de investigadores, sem abdicar do processo inverso de recontextualização que confere singularidade a cada ser humano e a cada quadro relacional.

O quarto texto, da autoria de Anne Schippling, centra-se nos estudos educacionais, um campo interdisciplinar, mas em que, como explica a autora, o “nacionalismo metodológico” tem sido predominante, dada a forte vinculação dos sistemas educativos modernos com o estado-nação. A partir de ampla e atualizada revisão da literatura sobre o tema, a autora discute as limitações desta abordagem, bem como algumas propostas para a sua superação, sobretudo no sentido de reforçar a investigação sobre os poderosos processos atuais de transnacionalização e globalização em educação, seja aqueles que decorrem da afirmação de atores globais (como os organismos intergovernamentais e as empresas multinacionais) e de uma “superestrutura educativa global”, seja aqueles que surgem “debaixo”, a partir da mobilidade e da procura dos alunos e das famílias (veja-se, por exemplo, o fenómeno crescente das escolas internacionais). Reconhecendo um conjunto de desafios teóricos e metodológicos, esta reflexão explora as práticas de pesquisa em rede e, em particular, a importância do “trabalho colaborativo em grupos ou oficinas de investigação culturalmente heterogéneos”, suscetíveis de gerar quadros teóricos e de interpretação dos dados mais aptos a compreender a complexidade dos processos globais.

O quinto texto, de Susana Ornelas, procura compreender o significado da linguagem cinematográfica no processo de globalização na sua relação com a narrativa fílmica. Utiliza o manual de Arcangelo Mazzoleni *O ABC da linguagem cinematográfica*, que, para além de ilustrar a técnica da narração audiovisual com inúmeros fotogramas retirados de filmes maiores do século XX, faculta um método de análise das sequências cinematográficas. Este estudo doutoral foca-se na “arte” de aprender a narrar visualmente, ao serviço sobretudo de professores, estudantes, educadores, jornalistas e admiradores da cinematografia em geral. Pretende ainda refletir sobre a natureza, a terminologia e as capacidades da linguagem cinematográfica, que revelam a evolução tecnológica redefinindo os limites do fílmico visível perante as incertezas do espaço a ser simulado virtualmente, através das imagens captadas e montadas nos filmes.

Com atenção aos fenómenos naturais, o sexto texto, da autoria de Jorge Trindade e Pedro Pinto Santos, analisa a globalização do risco de desastres e o desenvolvimento sustentável. A globalização dos desastres associados a fenómenos naturais é aqui entendida como um processo recente que segue lógicas globais nas quais os efeitos sistémicos originam uma ampliação das consequências de fenómenos locais ou regionais, estudando ações concretas de desenvolvimento sustentável. Face à resposta globalizada aos desastres naturais, os autores demonstram a adoção internacional de conceitos e de metodologias uniformes, tanto na fase de avaliação dos riscos, como na fase de comunicação de resultados a decisores políticos. Estes modelos de governação tendem para uma maior ligação ao desenvolvimento sustentável, focado, ainda, na melhoria do desempenho das comunidades.

Por fim, a terceira parte agrega os contributos cujo enfoque central é a ação coletiva e, em particular, a emergência de novos movimentos no contexto da globalização, frequentemente na interseção de dinâmicas culturais, económicas e políticas. Esses movimentos reavivam reivindicações que marcaram o século XX e que os mais otimistas da modernização pensariam que já estivessem totalmente reconhecidos no século XXI, tais como o direito à habitação, a igualdade de género ou as identidades locais. Contudo, ao fazê-lo, não deixam de suscitar novos atores, relações, linguagens e estratégias, profundamente ancorados no mundo de hoje e cujas contendas serão decisivas para o mundo de amanhã.

O sétimo texto, da autoria de Ana Tojal, dedica-se à questão da população em situação de rua como fenómeno global, com vista ao estudo concreto de três cidades brasileiras – objeto do seu projeto de doutoramento. Ana Tojal interessa-se pelos processos de exclusão social e pela marginalização a que são votados os moradores de rua, guiando a sua pesquisa pela questão do reconhecimento e respeito da dignidade humana destes indivíduos. Questionando a invisibilidade social destas populações a partir da indesejabilidade de que são alvo em qualquer parte do globo, a autora analisa o fenómeno nas suas causas e consequências. Embora estejam à margem do sistema produtivo, eles e elas têm histórias diversas e formas múltiplas de sobreviver, que Tojal conhece bem através de trabalho de terreno longo e engajado como assistente social. Moradores de rua são os e as excedentes do modo de produção capitalista: desempregados, doentes, dependentes químicos ou pessoas que não se “ajustam” ao padrão de comportamento exigido pelas sociedades. O estudo pretende fazer o debate sobre a marginalização das pessoas em situação de rua, no sentido de visibilizar as suas histórias, subjetividades e lutas.

O oitavo texto, igualmente resultante de um projeto de doutoramento em fase inicial e escrito por Ana Catarina Mesquita, procura compreender a dimensão cultural da globalização. A partir de um olhar dicotómico sobre o global e o local, sobre culturas eruditas e culturas populares, destaca a amplitude transnacional das expressões culturais da nossa era. Propõe uma incursão pelos conceitos de homogeneização, heterogeneização, glocalização, polarização e hibridismo cultural, para concluir que o contacto entre culturas potenciado pela conectividade global conduz, simultaneamente, a um maior interconhecimento e à afirmação das identidades culturais locais.

Por fim, o último texto, de Mar Venegas, propõe uma nova linha de investigação sobre os movimentos sociais e políticos emergentes de contestação ao feminismo e à igualdade de género que têm vindo a surgir em diferentes partes do mundo, cujo peso é inegável na ascensão recente de partidos de extrema-direita e de líderes políticos como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Vladimir Putin ou Recep Erdogan. A autora aprofunda o caso espanhol, mas em comparação com o observado noutros países e continentes, em diálogo com trabalhos recentes de investigadores autóctones, o que lhe permite ir explorando a globalização deste movimento, a sua difusão insidiosa e instantânea através das redes sociais, muitas vezes, com base em *fake news* capazes de gerar “pânicos morais”. Detém-se no modo como esta disputa tem ocupado a arena educativa, enquanto espaço de formação das futuras gerações, por excelência, mas discorre igualmente sobre os perigos que significa para o futuro das democracias. Assim, este trabalho não deixa de contribuir para a discussão sobre a revitalização recente de ideologias nacionalistas, patriarcais, autoritaristas e anti-científicas, colocando em causa um movimento de consolidação das democracias e das liberdades que marcou a segunda metade do século xx.

A partir dos vários capítulos que compõem a presente obra e também na inspiradora e desafiante experiência que tem sido lecionar o Seminário de Metodologias de Investigação deste programa de estudos, gostaríamos de propor nestas páginas introdutórias alguns contributos para a estruturação deste campo de pesquisas.

Se pretendemos efetivamente aprofundar o nosso entendimento do mundo e produzir um conhecimento relevante para enfrentarmos os grandes desafios que se colocam hoje à existência, não podemos subsumir-nos no reino da opinião, mais ou menos erudita e informada, nem devemos recluir a abordagem metódica,

rigorosa e sistemática que é própria da *ciência*. Esta não é – nem nunca foi – o método único para alcançar uma pretensa verdade universal e intemporal, mas sim um domínio específico da ação humana, parcialmente definido por normas e valores, parcialmente incorporado no *habitus* dos investigadores, em que a teoria e a observação se combinam para criar um conhecimento mais objetivo, *mesmo* que sempre provisório e questionável (ou, podemos até dizer, *porque* sempre consciente do seu carácter provisional e aberto ao questionamento).

O facto de reconhecermos a ciência como atividade humana e, como tal, suscetível de interferências políticas, económicas, culturais, etc., não significa, portanto, deixarmos de entender também a autonomia que foi ganhando ao longo dos tempos, com base em saberes próprios, metodologias próprias, comunidades próprias. Uma autonomia sempre ameaçada por aqueles que a pretendem negar ou instrumentalizar, mas também fundamental para que a ciência possa realmente ser relevante e contribuir para um mundo melhor em diálogo com outros saberes e numa revisão da sua *posicionalidade*. Se nos lamentamos dos recursos escassos, não podemos esquecer as condições ainda mais precárias em que os nossos antepassados construíram as bases do nosso conhecimento. E se hoje temos de resistir ao controlo dos governos e dos mercados, não podemos esquecer que a ciência é – e sempre foi – um campo de lutas e de liberdades ameaçadas. Basta lembrar todos aqueles que, ao longo da História, morreram nas fogueiras, bem como aqueles que foram impedidos ou preteridos para não prosseguir investigações incómodas, enquanto outros eram recompensados por produzir avanços cognitivos instrumentais aos poderes dominantes. Dada esta profunda (e complexa) relação entre ciência e sociedade, devemos, portanto, desenvolver a nossa capacidade de tornar a ciência pública, não apenas permitindo o acesso alargado dos produtos do nosso trabalho, mas também promovendo mediações que efetivamente tornem acessível, compreensível e aliciante o conhecimento científico a um público leigo, alimentando uma cidadania informada, crítica e orientada para o bem comum.

E dizemos *ciência*, no individual, recusando aqui liminarmente o uso deste termo que se tende a impor, nas últimas décadas, apenas para referir-se às ciências ditas “naturais”, “exatas” ou “duras”, excluindo todas as restantes, com efeitos extremamente redutores e perigosos para o nosso futuro coletivo. Essa conceção tende, aliás, a atribuir à ciência um conjunto de atributos – de infalibilidade, irrefutabilidade, previsibilidade, etc. – que simplesmente não são humanos e que são até contrários aos princípios científicos, fundados na dúvida, no questionamento,

na exploração, na discussão. Representa, apenas, uma retórica que pretende reforçar processos de dominação e de exclusão aos quais devemos resistir.

Se mais exemplos fossem necessários, a recente pandemia que afetou o mundo, desde o início de 2020, foi um contexto em que se opôs claramente a capacidade criativa, integradora, plural e incerta dos projetos e saberes científicos ao discurso mitificador (e autoritarista) de uma ciência supostamente “dura”, consensual e infalível, alheia ao que é humano. Se a prudência dos cientistas para apresentar conclusões e previsões, por vezes, exaspera os políticos, ela baseia-se, antes do mais, no autoquestionamento permanente que é fundamental ao pensamento científico e no reconhecimento de que as nossas próprias conclusões e previsões não apenas são falíveis, como irão influenciar os acontecimentos que estamos a estudar.

De facto, a compreensão da ação humana não pode ser decomposta pela sua composição biológica, nem pelo conjunto de reações químicas e de forças físicas, desde logo porque a mesma compreensão é constitutiva dessa ação, pela razão e sentido que são próprios dos seres humanos. Ainda assim, as tensões e desequilíbrios tornam cada vez mais visíveis as profundas interações entre *natureza* e *sociedade*. Cada vez é mais insustentável pensar o *natural* e o *social* enquanto domínios separados, sendo essa, aliás, uma divisão criada pelo mundo moderno, que se tem tornado, não apenas um dos grandes desafios ao conhecimento humano, mas também uma crescente ameaça à nossa existência e bem-estar. Os fenómenos que observamos são inevitavelmente *totais*, utilizando a célebre expressão de Marcel Mauss.

Neste sentido, o trabalho científico implica hoje novas metodologias para explorar esta complexa interação entre a sociedade e a natureza, na qual se tem desenvolvido a Humanidade, de forma a nutri-la e a protegê-la, a devolver-lhe essa totalidade. Mas isso implica igualmente respeito pela diversidade do mundo – uma rocha não é uma célula, assim como também não é um sentimento, uma cultura ou um direito. Implica, ainda, a incorporação de novas formas de relacionamento de saberes, de poderes, de sujeitos cognoscentes sem projetos de colonização das mentes. A produção de conhecimento científico é um exercício de liberdade de pensamento e de questionamento. É uma prática e um exercício crítico-constructivo. No horizonte da urgência presente em reinventar formas mais harmónicas de habitar o planeta (a casa comum), tal prática corresponde também a uma aprendizagem ecológica das relações humanas na diferença (as humanidades no plural, de que falava Glissant). Neste sentido, os métodos e técnicas de investigação em estudos globais são um meio por excelência de experimentação ecológica e plural do pensar

e questionar os seus objetos. Ao aproximarem escalas de análise e saberes locais, representam uma forma concreta de produção de conhecimento na alteridade.

A emergência de um novo campo de estudos e, em particular, a sua natureza *interdisciplinar* ou mesmo *transdisciplinar* não nos pode levar à tentação de ignorar os avanços produzidos no âmbito das diferentes disciplinas, nem sequer a uma redução ao “mínimo denominador comum”. A especialização é, até certo ponto, inevitável e a diversidade (também na ciência) um valor a reconhecer e promover. Ainda assim, é necessário realmente equilibrar estes processos com movimentos transversais – concretizados em projetos, seminários, formações, publicações, redes, etc. – que garantam o diálogo, a aprendizagem comum e a colaboração entre investigadores de diferentes áreas disciplinares. Por outras palavras, só podemos aspirar a um conhecimento *global* se soubermos ponderar e integrar – em vez de excluir – os conhecimentos produzidos nas diferentes disciplinas, reconhecendo os diferentes enquadramentos em que se originaram e o contexto de diálogo necessário. Até porque não se trata de uma realidade a branco e negro, mas com muitas tonalidades. Por um lado, sempre houve investigadores que souberam mover-se entre áreas do saber. Por outro lado, uma abordagem *global* só pode ser um trabalho prudente, em que os avanços são progressivos e sempre incompletos. A diferença aqui é, portanto, haver um campo de estudos e uma comunidade de investigadores que se organiza sob esse princípio e propósito dialogante e plural.

Por seu lado, se é certo que o movimento de consolidação da ciência, através das disciplinas científicas, publicações, programas de estudos, agências de financiamento, associações científicas e profissionais, teve um forte enraizamento nacional, durante os últimos séculos, também é verdade que o pensamento científico desde a sua génese procurou superar essas fronteiras, buscando formas de compreensão mais globais. Não esqueçamos, por exemplo, que Heródoto e Tucídides, considerados por muitos como os pais da história e da geografia, foram exilados e exploradores de vários continentes, focados em compreender diferentes lugares, acontecimentos e povos, nos seus próprios termos.

Num momento em que a circulação de pessoas e de informação se exponencia, bem como a recolha estandardizada de dados sob a égide de grandes instituições internacionais, os estudos globais não podem cair na falácia de entender o mundo como plano e homogéneo, governado por uma única racionalidade, diluindo as fronteiras, as distâncias e as incompreensões, que não são apenas uma marca declinante da tradição. As desigualdades, injustiças e conflitos também se exponenciaram, nas últimas décadas, o que implica compreendê-los como produto

da globalização, tal como a temos vivido. E deixar de ver as diferenças – ou reduzi-las a meras desigualdades, dissolvendo as qualidades em quantidades, com a pretensão de alcançar uma suposta objetividade comparativa que nos confeririam os números e não as palavras – é uma forma de miopia que apenas agrava o problema. Pelo contrário, o mundo é, cada vez mais, plural, caleidoscópico e problemático. É, por isso também, fascinante.

Tal implica que as nossas pesquisas têm de ser “multi-escalares”, tão cosmopolitas quanto atentas ao local e abertas ao encontro com o Outro. Numa esquina podemos ver o mundo a acontecer. Numa pessoa podem habitar multidões, como escreveu Fernando Pessoa. De igual forma, não podemos negligenciar que o mundo é feito de esquinas e as multidões de pessoas, mesmo que sejam mais do que a mera soma das partes. E por muito que não nos revejamos nessas fronteiras, para entender o mundo não podemos esquecer as dinâmicas nacionais e regionais que, igualmente, têm conhecido poderosas (e divergentes) revitalizações nas últimas décadas, quando tantos já haviam vaticinado a sua erosão. Lembremo-nos dos muros imponentes que têm erigido, depois de outros terem sido derrubados, ou dos milhares que têm morrido num mar belo e tranquilo, há milénios navegado, mas que alguns teimam em agitar através do ódio à diferença. Analisemos, tal como Mar Venegas propõe no seu texto, os movimentos – também eles globais – que pretendem mermar direitos e revitalizar hierarquias, através da mitificação do passado e da diabolização do presente. Vejamos como os estados-nação (incluindo as alianças entre nações) voltaram a reclamar o domínio das políticas comerciais, de cooperação, de informação e até as sanitárias e ambientais, ao ponto de sufocar as instituições internacionais, se não mesmo o planeta. E tenhamos em conta como o capitalismo neoliberal adotou a ideologia cosmopolita como forma de criar cadeias de exploração, de dominação e de alienação cada vez mais amplas.

Se a abordagem “multi-escalar” é fundamental para os *estudos sobre o global*, não é suficiente para produzir *estudos globais*, uma vez que estes precisam igualmente de ser “multi-situados”, ou seja, não apenas investigar os vários lugares e as suas relações, mas também dar voz e beber do conhecimento dos diferentes povos e culturas que os constroem e lhes conferem sentido. Isto é particularmente desafiante quando, tal como nota Gurminder Bhambra (2014), a ciência se desenvolveu no contexto europeu e norte-americano, assente em relações coloniais que se baseavam no silenciamento, dominação e aculturação do “outro”, sobretudo nos restantes continentes. Neste sentido, se pretendemos realizar estudos globais, temos de submeter os nossos conceitos, argumentos e métodos a exame permanente,

questionando-nos se eles são efetivamente os mais adequados para compreender, dignificar, resgatar as realidades dos diferentes contextos.

Trata-se de um desafio extremamente complexo, uma vez que implica questionar as nossas próprias categorias de pensamento, incluindo as que foram forjadas ao longo da nossa formação teórica e metodológica. Mas é algo a que, tal como os grandes desafios, se tem de responder mais pela prática do que pela teoria. Seja em pesquisas quantitativas como em pesquisas qualitativas, é fundamental investigar com as pessoas e não sobre as pessoas, ponderar em que medida cada uma das nossas decisões – a definição do objeto de estudo, a revisão da literatura, as opções metodológicas, o trabalho de campo, a análise dos dados, a elaboração das conclusões – pode ser considerada etnocêntrica e pode ser enriquecida pelo conhecimento dos outros. Tal como sugere Anne Schippling, no texto da presente coletânea, as práticas de colaboração entre investigadores em diferentes contextos nacionais, sociais e culturais constitui uma excelente via para superarmos, progressivamente, essa limitação que decorre da formação num contexto específico. De referir, aliás, que o Doutoramento em Estudos Globais da Universidade Aberta, ao providenciar um espaço de encontro, interação e aprendizagem, para professores e estudantes, situados nos diversos continentes, formados em diferentes disciplinas e com enquadramentos profissionais muito variados, não deixa de ser um laboratório onde pode emergir esse conhecimento mais aberto e sensível à diversidade do mundo. E nunca esqueçamos, como assinalou C. Wright Mills (1959), que a imaginação é um ingrediente fundamental da investigação científica.

Por fim, contra uma ilusão que insiste em fazer-se comum, importa não esquecer que a globalização não é um fenómeno das últimas décadas, nem sequer iniciado pelas caravelas portuguesas, mas que se inscreve na própria história (e destino) da vida na Terra. Pelo contrário, são os estados-nação e as empresas que são fenómenos recentes e, possivelmente, efémeros. Tal como o texto de José das Candeias Sales e Susana Mota que aqui publicamos, os estudos globais têm, portanto, que explorar essas raízes longínquas das relações e dos conflitos, das compreensões e das incompreensões, o que é histórico na atualidade e o que é contemporâneo na História, de forma a resgatar a comunidade humana que nunca deixámos de ser. A partida, por estes dias, de uma pequena embarcação do sul do México com indígenas, alguns de origem maia, que pretendem atravessar o mundo, deixando em todos os continentes uma mensagem de resistência, amor e solidariedade, não deixa de nos lembrar este facto.

É também neste sentido que, segundo Anheier e Juergensmeyer (2012), os estudos globais têm um carácter simultaneamente transnacional, transdisciplinar, crítico e vinculado à cidadania global. Oxalá sejamos capazes de contribuir para a construção dessa comunidade global, baseada em princípios humanistas e democráticos, que garanta um futuro mais livre, justo e sustentável a quem habite o planeta. Um contributo para isso seria reconhecer, à escala global, o que já afirmavam os povos maias, há muitos séculos, na sua saudação quotidiana.

Bibliografia

- Agier, M. (2008). *Gérer les Indésirables: Des Camps de Réfugiés au Gouvernement Humanitaire*. Paris: Flammarion.
- Anheier, H. K. & Juergensmeyer, M. (2012). *Encyclopedia of Global Studies*. S.l.: Sage.
- Appadurai, A. (1996). *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bhambra, G. K. (2014). As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial. *Sociedade e Estado*, 29 (1), 131-151.
- Carmo, R., et al. (2008). *A Globalização no Divã*. Lisboa: Tinta da China.
- Chamoiseau, P. (2017). *Frères Migrants*. Paris : Seuil.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1991). *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Éditions de Minuit.
- Escudeiro, N. (2019). *La Vallée*, Filme Documentaire, Point du Jour, Miramonte Filme, Public Sénat, France et Italie.
- Franco, J. E. & Caetano, J. R. (2020). Introdução. In Franco, J. E. & Caetano, J. R. (Orgs.). *Globalização como Problema: Temas de Estudos Globais*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Glissant, É. (1990). *Poétique de la Relation*. Paris: Gallimard.
- Mbembe, A. (2021). Public lecture. Utopia and migration: reimagining the borders in the 21st century. Maison Française d'Oxford, Oxford University. Online, 23 april.
- Mills, C. W. (1959). *The Sociological Imagination*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Pieterse, J. N. (2013). What is global studies? *Globalizations*, 10 (4), 499-514.
- Sousa Santos, B. (2001). Os processos da globalização. In B. S. Santos (Org.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* (31-106). Porto: Afrontamento.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Eds.). *Marxism and the Interpretation of Culture* (24-28). Champaign: University of Illinois Press.